

COMUNICADO

AUDIÊNCIA COM SUA EXCELÊNCIA SECRETÁRIO DE ESTADO DA ENERGIA

A ANIET, representada pelo seu Presidente, Eng.º Jorge Mira Amaral e pela Directora Geral, Eng.ª Francelina Pinto, reuniu no dia 29 de Janeiro, com o Sr. Secretário de Estado da Energia, Dr. Jorge Seguro Sanches, onde tratou de vários assuntos de extrema importância para o Sector.

No dia 20 de Fevereiro ocorreu uma reunião de acompanhamento sobre as matérias anteriormente apresentadas e de onde resultam as relevantes decisões que agora damos conhecimento.

Nestas reuniões, esteve também presente o Sr. Director Geral da DGEG, Eng.º Mário Guedes.

De entre os **temas apresentados**, destacamos:

1. *Morosidade* na emissão de licenças de utilização de explosivos e *corte na quantidade* atribuída
2. RERAE/Declaração de reconhecimento de Interesse Público Municipal
3. Morosidade na emissão de licenças e na assinatura de contratos de prospeção e pesquisa
4. Desmaterialização do papel nos serviços da DGEG
5. Utilização de resíduos inertes em operações de enchimento de vazios de escavação
6. Elevados custos energéticos de produção (energia eléctrica e combustíveis)

1. Morosidade na emissão de licenças de utilização de explosivos e corte na quantidade atribuída

Dado o atraso significativo na análise e emissão das licenças de explosivos que ultimamente tem ocorrido, a ANIET pediu a intervenção URGENTE de procedimentos por parte da DGEG, *tendo a mesma sido aceite*.

Assim, a fim de evitar a morosidade relacionada com emissão das licenças de explosivos informamos, que o Sr. Director Geral da DGEG, irá alterar o procedimento,

passando a *delegar as suas competências nos Chefes de Divisão*, permitindo assim que os pedidos sigam directamente das Delegações Regionais da DGEG para o Departamento de Armas e Explosivos da PSP.

Outro aspecto ainda relacionado com esta matéria, consiste no *corte da quantidade dos produtos explosivos* que é pedida pelas empresas. Com efeito, a DGEG, atribui a quantidade em função das médias do consumo das empresas ao longo dos 3 últimos anos.

Contudo, caso pretendam autorização para aumento de quantidade, devem as empresas, no modelo de pedido de parecer à DGEG, mencionar no **ponto 6**, a devida justificação.

2. RERAE/Declaração de reconhecimento de interesse Público Municipal

Nos processos de adaptação ao RERAE, a DGEG, no seguimento do Despacho Publico n.º 17/DG/2017, atribuiu o prazo de 90 dias para as empresas entregarem os elementos instrutórios em falta para conclusão do processo de licenciamento. Findo o prazo, os processos serão considerados extintos e/ou encaminhados para a ASAE.

Contudo, nos casos em que seja necessária uma Declaração de Interesse Publico Municipal, é entendimento da ANIET, que esse prazo apenas deverá ter início aquando da notificação da empresa pela Assembleia Municipal, pois caso o parecer deste órgão deliberativo seja desfavorável inviabiliza o licenciamento, pelo que não fará sentido a apresentação do Plano de Lavra e restante documentação, com todos os custos inerentes.

Assim, no seguimento do exposto a ANIET propôs que, nos casos em que seja necessária uma Declaração de Interesse Publico Municipal, fosse concedido *um prazo suplementar – de 90 dias – com início aquando da notificação da empresa da decisão da Assembleia Municipal*.

Na reunião de acompanhamento do dia 20 de Fevereiro, tomamos conhecimento que a nossa *proposta foi recebida com MUITO interesse*, tendo a DGEG informado que:

- a) irá interpelar as autarquias no sentido de esclarecer qual o ponto de situação dos processos;
- b) irá implementar um procedimento uniforme, para todo o país, tendo por base o princípio de salvaguarda da actividade económica, sustentabilidade do sector, espírito de concorrência leal e de cumprimento da legalidade. Este procedimento será dado a conhecer em devido tempo, às empresas e restantes agentes do sector.

3. Morosidade na emissão de licenças e na assinatura de contratos de prospeção e pesquisa

No que concerne a emissão de licenças e contratos de prospeção e pesquisa de massas minerais, as empresas têm verificado uma significativa morosidade.

Nesse sentido e numa altura em que se pretende promover a indústria extractiva a nível nacional e internacional, foi alertada a DGEG de que é imprescindível que os empresários/investidores *obtenham respostas céleres e sejam mantidos informados*, sob pena de não se concretizarem vários investimentos.

4. Desmaterialização do papel nos serviços da DGEG

Preconizar a desmaterialização do papel neste sector é fundamental.

A ANIET está convicta que a desmaterialização do papel promoverá, não só a redução significativa de custos às empresas, mas também a eficácia da gestão processual e dos tempos de resposta.

Para o efeito, a ANIET solicitou a entrega desmaterializada de toda a documentação, no que se refere a *comunicações, aos próprios processos de licenciamento (PL, EIA, ...)* e todos os documentos relacionados e, *inclusivamente, os pedidos de licenças de utilização de explosivos.*

Na reunião de acompanhamento do dia 20 de Fevereiro, tomamos conhecimento que *a proposta da ANIET foi aceite*, pelo que todas as comunicações com a DGEG, incluindo processos de licenciamento, poderão ser remetidas, *apenas, em formato digital.*

5. Utilização de resíduos inertes em operações de enchimento de vazios de escavação

Sendo a recuperação ambiental e paisagística uma operação dependente da exploração da pedra e que por vezes ocorre até em simultâneo com o seu ciclo produtivo, pedimos à DGEG **clarificação e reforço de posição** em matéria de licenciamento de vazios de escavação.

6. Elevados custos energéticos de produção (energia elétrica e combustíveis)

Foi pela ANIET uma vez mais reforçado o peso significativo dos custos energéticos nos custos totais de produção, pelo que a ANIET renovou a proposta para *adoção de medidas concretas como sendo a utilização de gásóleo colorido em equipamentos não matriculados*, à semelhança do que acontece em Espanha.

AUDIÊNCIA COM O SENHOR DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE ARMAS E EXPLOSIVOS DA PSP

1. Desmaterialização do papel nos serviços do DAE da PSP

Os representantes da ANIET e o Directora Geral da DGEG, reuniram no mesmo dia, em que se realizou a reunião de acompanhamento na Secretaria de Estado da Energia, 20/02, com o Sr. Intendente Pedro Moura, Director do Departamento de Armas e explosivos da PSP, a quem foi solicitada também a desmaterialização do papel, assunto para o qual foi sensível *tendo aceite a proposta da ANIET.*

Nestes termos, os pedidos de autorização para aquisição e emprego de produtos explosivos (incluindo todos os seus anexos) poderão, em alternativa ao papel, passar a ser efectuados apenas por email, de acordo com uma circular que a PSP se encontra a ultimar em parceria com a DGEG, e que irá remeter a todas as empresas muito em breve.

2. Publicação do Despacho n.º 1600/2018, de 15 de Fevereiro

No seguimento da publicação do Despacho n.º 1600/2018, de 15/02, o qual determina a criação de um Grupo de Trabalho para revisão e apresentação de propostas concretas de legislação relativa aos explosivos, recebemos do Sr. Director do Departamento de Armas e Explosivos da PSP o convite para, no âmbito do n.º 5 deste Despacho, colaborarmos com este Grupo de Trabalho, apresentando os contributos julgados pertinentes sobre esta matéria.

Nesse sentido, a ANIET já solicitou aos seus associados contributos sobre esta matéria.

APOIAR OS ASSOCIADOS É A NOSSA MISSÃO